

# Cortes no orçamento são de

quinta-feira, 16/3/89 □ 1º caderno □ 25

ia

## apenas NCz\$ 3,3 bilhões

BRASÍLIA — Os profundos cortes de despesas anunciados pelo Governo como consequência do Plano Verão acabaram, em sua maioria, ficando por conta de reestimativas das contas orçamentárias, segundo o projeto de reformulação do orçamento enviado ontem ao Congresso: dos NCz\$ 119,7 bilhões em despesas, foram cortados NCz\$ 5,8 bilhões, mas apenas NCz\$ 3,3 bilhões (pouco menos de 3%) foram realmente cancelamento de gastos em programas do Governo. O restante NCz\$ 2,5 bilhões foram obtidos com o pressuposto que a inflação a partir de fevereiro ficará em zero, o que reduziu ao papel, as verbas necessárias para pagamento de dívida externa, por exemplo.

O Governo, após demorada negociação com o Congresso, repôs ontem

boa parte das verbas vetadas pelo Presidente José Sarney no orçamento para 1989, aprovado pelos parlamentares no ano passado. Sarney vetou no início do ano NCz\$ 2,5 bilhões de projetos aprovados pelo parlamentares, e restituiu essa quantia quase integralmente. Na restituição, ele aumentou o orçamento vetado em pouco mais de NCz\$ 21,5 bilhões acrescentando novos itens à programação orçamentária, mas cortou, dos projetos originalmente beneficiados pelo Congresso, NCz\$ 2,7 bilhões.

O déficit operacional do orçamento poderá aumentar, além dos 0,56% do Produto Interno Bruto (PIB) previstos no projeto original, mas não por causa do novo projeto orçamentário. Segundo Pedro Parente, esse possível aumento do déficit ocorrerá por causa da política

de juros altos necessária ao Plano Verão, que aumentará este ano as despesas do Governo com o serviço de sua dívida interna. "O importante é que o déficit no conceito primário, que exclui o serviço da dívida, será zerado", advogou o Secretário.

O déficit primário é a diferença entre despesas e receitas do orçamento. O Governo, em seu projeto orçamentário, manteve previsão de NCz\$ 122,3 bilhões de receita em comparação a NCz\$ 113,9 bilhões de despesas, o que daria um superávit de NCz\$ 8,4 bilhões, que seriam dirigidos para cobrir despesas de custeio e investimento do Governo, o que foi proibido pelo Plano Verão. Se excluído esse valor, as despesas superariam em NCz\$ 200 milhões a receita, um déficit primário de praticamente 0% do PIB.